

PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.118.263 - ES (2017/0138890-7)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
REQUERENTE : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPIRITO SANTO
PROCURADOR : MICHELLE FREIRE CABRAL MACHADO E OUTRO(S) - ES012513
REQUERIDO : RITA ELIZABETH CHECON DE FREITAS SILVA
ADVOGADOS : OSVALDO HULLE - ES012361
AUDIONETE ALVES PINHEIRO DA ROCHA E OUTRO(S) - ES016631

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. CONVERSÃO DE REGIME. TEMPO DE SERVIÇO MÉDICO. ATIVIDADE INSALUBRE. DECRETO 83.080/79. DIREITO À CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. A jurisprudência dos tribunais superiores é firme no sentido de que o servidor público, ex-celetista, que, antes da transposição para o regime estatutário, prestou serviços em condições especiais (insalubres, penosas ou perigosas), tem direito à contagem de tempo, com incidência do fator de conversão, para fins de aposentadoria estatutária.

2. Recurso conhecido e desprovido" (fl. 204e).

Nas razões do Apelo Especial (fls. 211/216e), a parte recorrente alega violação aos arts. 4º, I, da Lei 6.226/75.

O recurso foi inadmitido na origem (fls. 227/231e), o que ensejou a interposição do presente Agravo (fls. 234/236e).

Às fls. 258/261e, foi determinada a "devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que o processo permaneça suspenso até a publicação do(s) acórdão(s) do(s) Recurso(s) Extraordinário(s) com repercussão geral reconhecida – na vigência do novo CPC –, a fim de que a Corte de origem, posteriormente, proceda ao juízo de conformidade".

Não obstante, a parte agravada, por meio de petição de fls. 264/270e, informa que:

"O presente recurso especial foi interposto pelo IPAJM em 10/12/2015, contra acórdão que manteve a decisão interlocutória que concedeu liminar para a Recorrida.

Em 11.07.2016, foi prolatada sentença de mérito sentença de mérito sentença de mérito no mandado de segurança de origem (MS nº 0013929-10.2015.8.08.0024), concedendo a segurança pleiteada e confirmando a liminar deferida, conforme cópia integral da sentença anexa:

(...)

Dessa forma, com a análise do mérito pelo juízo de piso com confirmação da liminar, houve perda do objeto do agravo de instrumento interposto pelo Recorrente, bem como do presente Agravo, contra a decisão de inadmissão do recurso especial

(...)

Dessa forma, encontra-se prejudicado o julgamento meritório do presente agravo, tendo em vista a perda do objeto por ausência superveniente de interesse recursal.

Ante o exposto, requer seja julgado prejudicado o agravo e, consequentemente, prejudicada a análise dos temas recursais, ante a perda superveniente do objeto recursal, com o advento da sentença no mandado de segurança" (fls. 364/265e).

Devidamente intimado, o recorrente manifesta, por meio de petição de fls. 294/295e, "que não há interesse no julgamento do recurso de Agravo em Recurso Especial, tendo em vista a perda superveniente de interesse recursal, haja vista a superveniência da sentença".

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o presente Agravo em Recurso Especial, por perda superveniente do objeto.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora